

Debates sobre modo de produção no período colonial: usos políticos do passado e as experiências de tempo

Cláudia Wasserman¹

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar as polêmicas historiográficas sobre o passado colonial latino-americano que se desenvolveram nos anos 1960/1970, procurando perceber os usos políticos do passado e as experiências de tempo que estavam subjacentes nos debates da época. O artigo discute os debates sobre modo(s) de produção no período colonial. Assim, trata-se de analisar o passado colonial pela ótica das discussões travadas pelos historiadores a respeito desse período na história latino-americana, especificamente sobre a questão do(s) modo(s) de produção.

Palavras-chaves: Debates, modo de produção, usos políticos

Debates on mode of production in the colonial period: political uses of the past and the experiences of time

Abstract: The goal of this article is to analyse historiographical debates about the Latin American colonial past which were developed in the 1960s and 1970s, trying to understand the political uses of the past and the experiences of time that underlay the debates of this Latin American history phase. The article discusses the debates about mode(s) of production. Thus, I try to analyse the colonial past from the perspective of the discussions held by historians regarding this period in Latin American history, specifically on the issue about mode(s) of production.

Key words: Debates, mode of production, political uses

Artigo recebido em: 30/12/2018

Artigo aceito para publicado em: 22/02/2019

“Quem não tem presente, se conforma com futuro”

Raul Seixas – Como Vovó já dizia²

“Las corrientes marxistas criollas han dado una relevancia excepcional a ese debate, ya que para transformar el presente, la praxis, al reflexionar sobre sí misma, emprende necesariamente un análisis histórico. En esta búsqueda era necesaria una comprensión correcta del pasado”

Sempat Assadourian (1973, p. 66)

¹ Professora associada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Av. Bento Gonçalves, 9500 – Agronomia, 900540-000, Porto Alegre-RS. Email: claudia.wasserman@ufrgs.br

² O verso acima faz parte da música “Como Vovó já Dizia”, de Raul Seixas, lançada em 1974. A música foi censurada e dois versos foram substituídos: “quem não tem papel dá recado pelo muro” e “quem não tem presente se conforma com o futuro” foram trocados por “quem não tem filé come pão com osso duro” e “quem não tem visão bate a cara contra o muro”.



Introdução

Nos anos 1960/1970, numerosos historiadores latino-americanos estiveram envolvidos na polêmica sobre a caracterização dos modos de produção prevalentes no período colonial. A análise dos debates sobre os modos de produção na colônia revela posições políticas veladas dos autores envolvidos na polêmica, mas também manifesta as experiências de tempo que presidiam as análises históricas sobre a região latino-americana. Por que as experiências de tempo detectadas a partir dessas polêmicas são importantes? Primeiramente porque expõem os usos políticos do passado por parte da historiografia e, em segundo lugar, porque revelam o “regime de historicidade” hegemônico na época estudada, entendido como “a maneira dos historiadores engendramos passado, presente e futuro em suas análises” (HARTOG, 2013, p. 11), além de revelar disputas sobre esses modos de entender o tempo histórico.

O objetivo do artigo é, portanto, analisar os debates ocorridos nas décadas de 1960 e 1970 a respeito da caracterização dos modos de produção existentes no período colonial para conhecer, de um lado, os usos políticos do passado e, de outro, as experiências de tempo subjacentes a essas polêmicas. A proposta que ora apresento está destinada a pensar a escrita da história da América Latina, bem como suas controvérsias, procurando historicizar o ofício do profissional da área e evidenciar as práticas sociais e as conformações narrativas e meta-teóricas que presidiram a edificação das regras e hierárquias do ofício da historiografia latino-americana.

Segundo Hartog, “Conforme domine a categoria do passado, do futuro ou do presente, (...) certas formas de historiografia são mais possíveis do que outras” (p. 13). Hartog se refere à produção historiográfica que, conforme seja dominada por uma das categorias temporais, será mais ou menos prescritiva, mais ou menos comandada pela conjuntura, mais ou menos conduzida pelas paixões. No caso da historiografia latino-americana e das discussões que pretendo mapear, o futuro comandou predominantemente a “ordem do tempo”, bem como (...) “certos comportamentos,



certas ações, certas formas de historiografia” (p. 13) ³. No caso dessa polêmica a respeito dos modos de produção, o passado e o presente incidiram na historiografia latino-americanista de modo muito específico, que procurarei demonstrar ao longo da narrativa.

Na coletânea “América Colonial. Ensaios” (1975), organizada por Théó Araújo Santiago, destinada a discutir a natureza das estruturas sociais da América Colonial, o venezuelano Héctor Malavé Mata começava exemplarmente o seu artigo dizendo: “A América Latina é um continente inacabado, envolvido por terríveis frustrações, paralisado por suas próprias marcas coloniais, palco de um subdesenvolvimento desgastado por danos e usurpações. Desde as origens de sua formação até as características mais atuais de sua realidade contemporânea, evoluiu historicamente entre o atraso e a dependência...” (p. 144). Nesse caso, o “tempo” da América Latina ficou “paralisado” no passado colonial, definindo assim as características do presente. Trata-se, nessa interpretação, de uma temporalidade suspensa, ancorada no passado, sendo assim, com o presente e o futuro comprometidos ⁴.

Ao mesmo tempo, a aparentemente frívola discussão sobre a utilização do conceito de modo de produção para o período colonial e a consequente definição de uma caracterização dos sistemas produtivos que prevaleceram na América Latina nessa fase da história escondiam uma questão teórico-metodológica relativa à aceitação ou não do esquema dos modos de produção proposto pelo marxismo que obedecia,

³ Mesmo reconhecendo o predomínio do futuro como vetor das narrativas históricas na América Latina, a pesquisa que dá origem a esse artigo procura demonstrar que, no caso de alguns debates historiográficos, os autores/historiadores não estavam definidos por uma relação primordial com o passado ou com o futuro, mas sim com o presente, vivido, sentido, como uma espécie de fluxo contínuo, com pretensões à eternidade. Tal configuração se caracterizaria, segundo os termos de Reinhart Koselleck (2006), por um distanciamento crescente, uma quase ruptura, entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, cuja consequência não seria mais o engendramento do tempo histórico, mas sua suspensão. A essa experiência moderna de um presente perpétuo, inapreensível e praticamente imóvel, que procura, por outro lado, produzir para ele mesmo seu próprio tempo histórico, François Hartog (2013) define como regime de historicidade presentista ou de presentismo. Assim, defendendo conceitualmente que as polêmicas historiográficas subcontinentais e os usos do passado que serviram para justificar diagnósticos e propostas nem sempre estiveram marcadas pelo regime de historicidade comandado pelo futuro, sistema de organização do tempo típico da modernidade ocidental. O que se pode constatar, no entanto, é que, ao longo do século XX, o presente também conduziu algumas polêmicas historiográficas latino-americanistas.

⁴ Ao mesmo tempo, a citação de Malavé Mata exemplifica o quanto a discussão em torno dos modos de produção coloniais esteve informado pelas noções de atraso e dependência.



segundo autores mais ortodoxos, uma evolução linear (comunismo primitivo, escravismo clássico, feudalismo, capitalismo, socialismo). Outra questão implícita ao debate era política e dizia respeito à adequação ou não de reivindicar o socialismo como a próxima etapa histórica dos países latino-americanos nos anos 1970.

As características da colonização e dos sistemas econômicos predominantes nessa fase da história latino-americana foram debatidos em um contexto de ascensão dos governos ditatoriais na América do Sul (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Bolívia). Intelectualmente, o contexto era de descrédito das propostas desenvolvimentistas e de rejeição das teses que apostavam na possibilidade de desenvolvimento autônomo do capitalismo latino-americano. Nesse contexto dos anos 1970, o marxismo adquiriu proeminência nos debates intelectuais e acadêmicos. De um lado, estavam os defensores daquela evolução linear dos sistemas produtivos que prevaleceram na Europa, como consequência das leituras stalinistas⁵. De outro, havia uma nova ênfase para os estudos da região: o endogenismo, que sustentava a necessidade de considerar os elementos internos que compunham a formação e o desenvolvimento do capitalismo latino-americano.

Do ponto de vista metodológico, o endogenismo representou uma reação a um tipo de marxismo vinculado aos partidos comunistas de orientação soviética. Embora os novos estudos marxistas continuassem propondo rigor com o referencial de Karl Marx, consideravam o capitalismo latino-americano articulado a outros modos de produção pré-capitalistas como ponto de partida de qualquer análise, estabelecendo assim uma especificidade dessa formação econômico-social.⁶

⁵ Os autores que se inspiravam na leitura de Stalin (1938) defendiam a revolução por etapas – cinco estágios – e considerava que a América Latina precisava eliminar os resquícios de feudalismo através de uma revolução democrático-burguesa para a implantação e predomínio das relações capitalistas. Por isso, defendia-se a aliança das classes populares, sob a liderança do proletariado, com a burguesia nacional, para derrubar o poder das oligarquias rurais. Entre os autores que defendiam a necessidade de eliminação dos resquícios feudais encontram-se Nelson Werneck Sodré (1967 e 1978), Alberto Passos Guimarães (1968), Rodolfo Puiggrós (1969), Ruggiero Romano (1970), entre outros.

⁶ O endogenismo foi inaugurado e deve sua difusão ao historiador argentino Carlos Sempat Assadourian (1973), sendo posteriormente aprofundado através dos trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso (1984), Enrique Semo (1973) e outros citados posteriormente nesse artigo.



Assim, mesmo reconhecendo os condicionantes teóricos e metodológicos presentes nesse debate, resta compreender as questões de natureza política e as experiências de tempo emanadas dessas polêmicas.

Debatedores

Um número significativo de historiadores e cientistas sociais fez parte do início desse debate ⁷, incluindo os mexicanos Enrique Florescano e Enrique Semo, os argentinos Carlos Sempat Assadorian (1973), Rodolfo Puiggrós e Ernesto Laclau, o francês Maurice Godelier, os brasileiros Ciro Flamarion Cardoso (1973), Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Fernando Novais (1978), o chileno Héctor Perez Brignoli. A rica discussão teórica sobre o passado colonial latino-americano foi impulsionada por dois projetos editoriais: os “*Cuadernos de Pasado y Presente*”, publicados em Córdoba e dirigidos pelo intelectual marxista argentino José Aricó, e a “Editora Siglo XXI”, dirigida pelo editor argentino Arnaldo Orfila Reynal. Os textos publicados a partir desses projetos editoriais tiveram difusão em toda a América Latina.

Há que se mencionar a pré-existência de um debate europeu a respeito de modos de produção, iniciado com a publicação de um livro do historiador britânico Maurice Dobb em 1946, intitulado “*Studies in the Development of Capitalism*”. O livro recebeu pouca atenção porque, segundo Rodney Hilton (1977), “Os historiadores acadêmicos britânicos não gostam do marxismo...e... a década que se seguiu ao fim da guerra não era a mais propícia a um debate livre de preconceitos sobre uma interpretação marxista.” (p. 10). Somente em 1950, Paul Sweezy publicou um artigo na revista *Science and Society* ⁸ intitulado “Uma crítica” e, na mesma edição, Maurice Dobb publicou

⁷ Os autores mencionados aqui são alguns dos que tiveram proeminência subcontinental no início do debate a respeito dos modos de produção no período colonial. Não se trata, portanto, de uma lista exaustiva e tampouco abarca os autores que a partir dos anos 1980 se beneficiaram desse debate e partiram para estudos mais minuciosos a respeito dos sistemas econômicos e relações produtivas que prevaleceram na América colonial.

⁸ Segundo o site da própria revista: Appearing quarterly since 1936, *Science & Society* is the longest continuously published journal of Marxist scholarship, in any language, in the world... is a peer-reviewed interdisciplinary journal of Marxist scholarship. It publishes original studies in political economy and the economic analysis of contemporary societies; social and political theory; philosophy and methodology of the natural and social sciences; history, labor, ethnic and women's studies; aesthetics, literature and the arts. We especially welcome theoretical and applied research that both breaks new



“Uma réplica”. O debate se estendeu na academia britânica e mundial, tendo recebido contribuições e comentários de Kohachiro Takahashi, Rodney Hilton, Christopher Hill, George Lefebvre, Eric Hobsbawm, Giuliano Procacci e John Merrington. Resultou na publicação do livro “A transição do feudalismo para o capitalismo” em 1976, sendo publicado em várias línguas a partir do ano seguinte ⁹. Ainda segundo Hilton (1977), “o que despertou interesse dos participantes do debate... (foram) suas afirmativas sobre as forças que destruíram o feudalismo” (p. 11). Ou melhor, “o problema da transição”(idem). Toda essa rica produção europeia, sobretudo britânica, influenciou o debate teórico marxista no mundo todo.

Naquela época, grupos de leitura de *O Capital* se disseminaram nas Universidades latino-americanas. No Brasil, um dos grupos mais referidos foi aquele organizado pelo filósofo José Arthur Giannotti, na Universidade de São Paulo (USP), a partir de 1958, reunindo em uma primeira edição Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Francisco Weffort e outras importantes figuras da escola sociológica paulista. De acordo com as memórias de Roberto Schwarz (1995), que participou em uma versão posterior de encontros desse grupo, “na época os círculos de leitura de Marx se multiplicaram em todo o mundo, uma ‘coincidência’ que vale a pena examinar.” (p. 2).

As leituras marxistas, sobretudo de *O Capital*, foram impulsionadas por uma conjuntura de crítica ao capitalismo, mas responderam em geral à necessidade de afrontar as atrocidades cometidas por Stálin na URSS e recuperar o prestígio da esquerda no campo intelectual. Esses estudos estavam igualmente ligados ao impacto da Revolução Cubana, que confrontava as teses do marxismo oficial dos Partidos Comunistas e sua confiança na aliança com uma suposta “burguesia progressista”, bem como à necessidade de explicar os movimentos urbanos e rurais que ameaçavam o edifício nacional-desenvolvimentista e populista nessa parte subdesenvolvida do planeta.

ground in a specific discipline, and is intelligible and useful to non-specialists. IN <https://www.scienceandsociety.com>

⁹ No Brasil em 1977, pela editora Paz e Terra (ver na bibliografia)



Finalmente, as leituras marxistas respondiam a uma necessidade de “transformar o mundo acadêmico em um espaço de crítica permanente, marcado por uma concepção científica superior” (SCHWARZ, 1995, p. 4). Foi nessa conjuntura crítica e influenciada pelos debates europeus que surgiu a discussão sobre o(s) modo(s) de produção na colônia, igualmente mais concentrada – ao menos em sua fase inicial – no “problema da transição” ao capitalismo do que nas especificidades do(s) modo(s) de produção coloniais a serem desvendados a partir do debate.

Cada autor ou grupo de autores nominava e caracterizava o sistema produtivo e o(s) modo(s) de produção existente(s) no período colonial de uma maneira. Defendiam a existência de “feudalismo clássico”, “feudalismo tardio”, “capitalismo mercantil”, “escravismo colonial” e mais uma gama muito variada de “modos de produção coloniais” denominados de diferentes maneiras. Houve também, é certo, uma discussão conceitual sobre o que cada autor entendia pela categoria “modo de produção”. Juan Carlos Garavaglia (1973), por exemplo, na introdução do livro “Modos de produção na América Latina”, procura distinguir no primeiro parágrafo do texto o conceito modo de produção do conceito formação econômico social, compreendendo o primeiro como um “conjunto vinculado de hipótesis en las cuales se han tomado los elementos comunes a una serie de sociedades que se consideran de tipo similar” (p. 7), ao passo que a segunda categoria estaria reservada “siempre a una realidade concreta y pasible de ubicación histórico-temporal” (p. 7).

A leitura dos demais textos do volume sugere que Garavaglia, a exemplo dos demais autores, não desejava que a dimensão conceitual dominasse o debate, por isso procurou oferecer o significado como premissa já nas primeiras linhas. Da mesma forma, Ernesto Laclau (1973), na mesma obra, no capítulo intitulado “*Feudalismo y Capitalismo en América Latina*”, reforça a importância de entender não o conceito propriamente dito, mas o significado do debate que se desenrolou: “Se ha desarrollado así una larga y compleja discusión cuya importancia no es disminuida por la confusión conceptual que a menudo la ha dominado” (p. 23). Assim, mesmo reconhecendo a existência de diferentes interpretações teóricas a respeito do conceito e eventualmente confusões conceituais (LACLAU, 1973, p. 23), meu objetivo é compreender o significado



e motivações do debate acerca do caráter feudal ou capitalista da região no período colonial.

O debate sobre os modos de produção ou sobre a natureza das estruturas sociais da América colonial teve sua data de nascimento marcada pelas críticas à obra de André Gunder Frank, “Capitalismo y subdesarrollo em America Latina”¹⁰, de 1966. Segundo ele, “Un único proceso histórico de expansión y desarrollo capitalista en todo el mundo ha generado simultáneamente – y continúa generando – desarrollo económico (en la metropoli) y subdesarrollo estructural (en el satélite)” (p. 48). Ao ser lançada, essa tese se mostrava atraente e útil para definir de maneira clara o capitalismo mundial como inimigo, para rechaçar o esquema linear do stalinismo e combater as propostas reformistas que buscavam aliança com uma improvável “burguesia progressista latino-americana” a perpetrar uma ilusória “revolução democrático burguesa”. Mesmo assim, a despeito de todos os “proveitos” acima mencionados, a tese de Gunder Frank foi rechaçada por grande parte dos historiadores e cientistas sociais latino-americanos. A discussão que se segue apresenta os críticos dos textos de Frank e os desdobramentos dessa discussão.

Os primeiros críticos de Gunder Frank foram o argentino Rodolfo Puiggrós, com a publicação do livro “*De la colonia a la revolución*”, em 1969, e Ruggiero Romano que escreveu, em 1970, na revista “*Desarrollo Económico*”, o artigo “*A propósito de ‘Capitalismo y subdesarrollo’ de André Gunder Frank*”. Ambos defenderam a “tese feudal” para caracterizar a estrutura social da América colonial.

O livro “*Modos de produção na América Latina*”, no qual figuram historiadores como Assadorian, Laclau, Ciro Cardoso, Horácio Cifardini e Juan Carlos Garavaglia, foi publicado em 1973, como resultado da reunião de artigos publicados desde 1970 para rebater a tese “pancapitalista” de Frank, bem como alguns deles para criticar as teses feudais de Puiggrós e Romano.

O debate foi caracterizado por uma busca de rigor teórico, procurou superar a disjuntiva feudal-capitalista, buscou reconhecer as especificidades das sociedades

¹⁰ No livro “*Teoria da Dependência: do Nacional-desenvolvimentismo ao Neoliberalismo*” abordei a polêmica causada pelo livro de André Gunder Frank, bem como sua trajetória na história intelectual latino-americana.

coloniais latino-americanas e proceder com a análise de cada um daqueles espaços. O artigo introdutório de Garavaglia (p. 7-21), por exemplo, defendia que as sociedades latino-americanas eram formações econômico-sociais não consolidadas e que, por isso, não tinham um modo de produção hegemônico no sentido clássico. Ciro F. Cardoso (1973) propunha a definição de novos modos de produção “coloniais” para procurar apreender a variedade de situações existentes na América Latina.

Em 1975, Théo Araújo Santiago organizou a coletânea “América Colonial. Ensaio”, destinada novamente a discutir a natureza das estruturas econômico-sociais da América Colonial. Na coletânea figuram as ideias do historiador francês Maurice Godelier, do argentino Ernesto Laclau, de Ciro Flamarion Cardoso e do venezuelano Héctor Malavé Mata.

Praticamente todos os autores envolvidos na polêmica acerca dos modos de produção eram declaradamente marxistas e buscavam fazer leituras mais apropriadas de Karl Marx, utilizando-as como chave de explicação e como argumento de autoridade¹¹.

O debate se torna mais profícuo quando se desloca das questões teóricas que emanam de leituras particulares da obra de Karl Marx para minuciosos programas de pesquisa nas Universidades de toda a América Latina e que apresentam exame empírico e meticuloso dos diversos sistemas produtivos nas diferentes regiões do subcontinente. Esses programas de pesquisa deram origem a trabalhos sobre escravidão (Ciro F. Cardoso, Eric Williams, Herbert Klein, Jacob Gorender, João Fragoso e Manolo Florentino, Manuel Moreno Fraginals), sobre a produção aurífera (Pierre Vilar), o huasipungo, a encomienda, a mita e os demais sistemas específicos e singulares de cada zona subcontinental, deixando de lado aquela necessária correspondência com o esquema linear dos modos de produção discutidos nos anos 1970.

¹¹ A ponto de Ciro Flamarion Cardoso, depois de citar o livro III, 3 sessão, capítulo XX de “O Capital” reconhecer: “Claro está que una discusión no puede limitarse a los argumentos de autoridade, a citas de los clásicos”.

Usos do passado

Os “usos políticos do passado” se fizeram sentir no âmbito dos debates acerca do modo de produção predominante no período colonial. A polêmica envolveu autores que possuíam militância política consistente e consolidada. Por isso, analisar o uso que fizeram do passado para corroborar seus diagnósticos e projetos significa desvendar essas disputas políticas. Um exemplo concreto dessas controvérsias é fornecido pela análise da polêmica que envolveu os autores brasileiros Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr.

O primeiro defendia a coexistência do escravismo e do feudalismo no Brasil, na qual o escravismo representava o sistema mais avançado e o feudalismo, a regressão. Considerando a existência de “restos feudais” na estrutura social brasileira, decorrentes da manutenção de aspectos do sistema colonial, Nelson Werneck Sodré (1967) defendia que a *Revolução Brasileira*¹² deveria ser inapelavelmente burguesa. Achava possível que uma parte da burguesia brasileira, apoiada no interesse nacional, estivesse disposta a comandar o processo revolucionário anti-imperialista e antifeudal, conquanto, para ele, as forças que obstaculizavam o desenvolvimento eram o latifúndio e sua articulação com o imperialismo.

Ao passo que Caio Prado Jr. (1966) defendia que a inserção do Brasil colonial no sistema comercial metropolitano conferia às estruturas internas coloniais características próprias do capitalismo em sua fase mercantil, defendia uma essência mercantil capitalista como característica básica da nossa formação econômico-social, presente desde o início da colonização. Caio Prado Jr. não concordava, portanto, com a existência de um feudalismo ou com a necessidade de eliminação de “restos feudais”. Da mesma forma, conseqüentemente não admitia falar em etapa burguesa da *Revolução Brasileira* ou na existência de uma burguesia nacional capaz de se contrapor ao

¹² *Revolução Brasileira* foi o termo usualmente utilizado para designar o processo de transformações sociais, econômicas e políticas pelos quais o país deveria passar para atingir o desenvolvimento pleno do capitalismo e a consolidação da burguesia como classe dominante, com a eliminação dos resquícios feudais para aqueles que preconizavam a existência de “restos feudais”. O termo também era usado para designar transformações que levassem ao socialismo para aqueles que entendiam o Brasil como sociedade plenamente integrada no modo de produção capitalista.

imperialismo. Ambos os autores reconheciam, entretanto, que as disputas da esquerda nos anos 1960 se referiam à natureza, ao caráter ou ao tipo da revolução que se tratava de realizar. Nenhum deles admitia a hipótese de que o processo revolucionário não estivesse em curso ou muito próximo.

O apelo à história e ao passado também foi aspecto comum aos dois autores: “... examinar o caráter da Revolução. Para isso, nada melhor do que o método histórico... A História nos apresenta, esquematicamente, três tipos de revolução burguesa.” (WERNECK SODRÉ, 1967, 242-243) e “A teoria da Revolução Brasileira ... será simplesmente ... a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta.” (Prado Jr. 1966, 15). Enquanto Werneck Sodré via o “nacionalismo” como uma “possibilidade de superar o que no Brasil havia de colonial”, “superando a contradição entre burguesia nacional e classe trabalhadora” (idem, 181-182), Caio Prado Jr. achava que “... a teoria da reforma e revolução antifeudal” conduzia a “graves consequências de ordem prática e política” ... “A ação revolucionária se torna vacilante e insegura, não se fixando em objetivos precisos e bem definidos.” (idem, 89). As conclusões políticas das análises precedentes diferem no que diz respeito aos agentes da revolução, ao seu caráter ou tipo, mas também à “evolução” da economia brasileira¹³.

Nelson Werneck Sodré (1990) expôs, ele próprio, o que entendia por uso político na análise dos modos de produção coloniais e nesse excerto sugere que a discussão política era encoberta por um debate supostamente científico: “É interessante lembrar que os documentos políticos do partido do proletariado brasileiro sempre se referiam, até algum tempo atrás, a relações feudais ou semifeudais cuja superação se fazia necessária. Porque divergiam da formulação, alguns elementos negavam a existência daquelas relações feudais ou semifeudais aqui (...) Era uma posição política que se travestia de divergência científica” (p. 19-20).

O uso político do passado colonial estava evidenciado, sobretudo na tese que deu origem ao debate sobre modos de produção. Sempat Assadourian (1973)

¹³ A palavra “evolução” é utilizada pelos dois autores. NWS supunha possível que o capitalismo brasileiro tivesse um desenvolvimento relativamente autônomo a partir da aliança entre o proletariado e a burguesia nacional, enquanto CPJr. interpretava o capitalismo brasileiro como processo tendente à estagnação.



reconhecia, por exemplo, que a tese de Gunder Frank sobre a invariabilidade estrutural do capitalismo e do subdesenvolvimento atacava simultaneamente dois projetos políticos: primeiramente, rejeitava a possibilidade de superação do subdesenvolvimento dentro do sistema capitalista mundial – era o caso dos Cepalinos e dos desenvolvimentistas ¹⁴; em segundo lugar, rebatia a tese da esquerda tradicional – no Brasil representada por N. W. Sodré – que propunha um caminho de liberação em aliança com a burguesia nacional (p. 48).

O debate teórico fundado sobre o passado latino-americano teve outros desdobramentos políticos além do antes mencionado acerca do caráter da Revolução nos países dependentes. Um desses desdobramentos diz respeito à dinâmica interno/externo e à subordinação da análise histórica a um desses dois vetores explicativos. A discussão dizia respeito à explicação causal do subdesenvolvimento ser determinada pela relação metrópole-colônia (fator externo) ou, de outra parte, pela dinâmica específica do “fato colonial” (fator interno) ¹⁵. Sempat Assadourian (1973) identificou, por exemplo, que “Metrópoli-satélite no está lejos de ser una fórmula exitosa puesto que opera como respuesta ubicua frente a todos los problemas pero que, por lo mismo, representa una forma de encubrimiento al relegar el dinamismo específico de los fenómenos, al vaciar de substancia y de historia una realidad mucho más rica y compleja” (51).

Assim mesmo, a polêmica que opôs componentes externos e internos produziu o paradoxo de, por um lado, considerar as formações econômico-sociais latino-americanas como reflexo dos processos metropolitanos e, de outro, considerar que o imperialismo, o colonialismo etc. atuavam dentro da região colonizada, mas que essa última assertiva não anula o fato de serem dimensões externas que, por se enraizarem nas regiões onde atuam, indicam toda a sua tirania (CUEVA, 1979, p. 33).

¹⁴ Representada por autores como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Raul Prebisch, entre outros, a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), criada em 1948 como órgão consultivo da ONU (Organização das Nações Unidas) teve papel preponderante nas análises sobre desenvolvimento econômico latino-americano. O contexto pós-Segunda Guerra Mundial e a aceleração do processo de industrialização latino-americano via substituição de importações favoreceu o aparecimento de teses sobre a possibilidade de desenvolvimento autônomo e sustentável do capitalismo na região.

¹⁵ A polemica



O “endogenismo” inaugurado por Sempat Assadourian (1973) surge nesse contexto como uma espécie de manifesto político, encoberto pela crítica ao método adotado pelos autores que, tal como Gunder Frank, ofereciam ênfase nos fatores externos (relação metrópole-colônia, pacto colonial, etc.).

O que chama a atenção no aspecto dos “usos políticos do passado” é a pergunta feita por Agustín Cueva (1979) no texto “El uso del concepto de modo de producción en América Latina: algunos problemas teóricos”, qual seja, “¿qué necesidad había de insistir en que América Latina nunca fue total o parcialmente feudal, en un momento en que era mucho más fácil demostrar que las formaciones sociales que la componían eran ya predominantemente capitalistas; y que los elementos feudales de su estructura habían pasado a ocupar un plano totalmente secundario en la inmensa mayoría de aquellas formaciones?” (p. 41).

Todas as possíveis respostas ao questionamento acima passam por concepções ideológicas de autores que desprezavam a ideia de aliança entre as classes populares e a burguesia com a finalidade de eliminação dos “restos feudais”, autores cuja linha política previa a aplicação imediata de luta armada para implantar o socialismo. Por isso, mesmo que o capitalismo estivesse plenamente implantado na região, insistiam em sua suposta existência ontológica. Ao passo que os autores que persistiam com a tese da necessidade de eliminação dos “restos feudais” eram francamente favoráveis à aliança de classes e à formação de frentes nacional-populares para combater o fascismo.

Evidentemente, os usos políticos do passado como os que se observam nessa polêmica dos modos de produção ofuscavam a consistência teórica dos debates¹⁶. Os debatedores, assim como os europeus que protagonizaram o debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, estavam familiarizados com leituras de Karl Marx e não eram especialistas em pesquisas empíricas centradas nas relações produtivas do período colonial. Isso não significa, entretanto, que tais controvérsias não tenham permitido avanços na constituição de teorias explicativas originais acerca da realidade

¹⁶ Da mesma forma, a profundidade teórica do debate protagonizado pelos europeus a respeito da transição do feudalismo ao capitalismo era ofuscado pela conjuntura da época, marcada pelos ataques à URSS, na América Latina, a discussão em torno do(s) modo(s) de produção colonial era marcada pela urgência atribuída pelos autores da polêmica à transição ao socialismo.

dependente. Além de um avanço significativo nessa direção, corroborado pela constituição da teoria da dependência, as discussões sobre o estatuto das estruturas coloniais estimularam pesquisas mais avançadas, busca de dados concretos da nossa realidade econômico-social e levantamento de questões adjacentes que constituíram contribuição significativa para o conhecimento histórico do período colonial. Finalmente, a polêmica serviu de apoio aos intelectuais para manifestar a irredutibilidade das estruturas latino-americanas ao esquema eurocêntrico (FLAMARION CARDOSO, 1973, p. 102).

As experiências de tempo nos debates sobre mdp

Como era de se esperar em análises históricas, há diversas menções às temporalidades – passado, presente e futuro – nos textos que compõem a discussão historiográfica sobre os modos de produção coloniais. A começar pela dificuldade dos autores em explicar as profundas transformações que ocorriam na Europa entre os séculos XVI e XVIII e, ao mesmo tempo, insistir em uma suposta simultaneidade de modos de produção nos ambientes metropolitanos e coloniais (no caso de defender o capitalismo) ou insistir que na América se implantou um modo de produção que na Europa já chegava ao fim (no caso da defesa do feudalismo). Considerando o exposto acima, sobre os usos políticos do passado e sobre como essa polêmica foi comandada por divergências político-ideológicas, entendo que a forma como esses historiadores engendraram o tempo em suas análises informa mais sobre os anos 1960/70 que sobre o período colonial propriamente dito. Assim mesmo, as propostas de conceptualização do modo de produção existente no período colonial buscam apreender de maneira mais satisfatória possível o objeto que busca explicar, a economia colonial e suas formações econômico-sociais.

A questão das temporalidades esteve presente em todos os aspectos do debate acerca dos modos de produção predominantes no período colonial, marcada por teses sobre defasagens temporais na “evolução” dos processos econômicos presentes nas colônias e nas metrópoles; teses de concomitância temporal definidas pela



universalização da história mundial; teses sobre a simultaneidade de diferentes tempos históricos paradoxais presentes na mesma época e região; entre outras. Havendo tal debate ocorrido na década de 1960, quando o capitalismo já era plenamente dominante em toda a região, qual era o sentido, além da questão política acima mencionada, de afirmar sua presença desde o início da colonização?

Gunder Frank (1965) insistiu na simultaneidade da expansão mundial do modo de produção capitalista, defendia um tempo contínuo entre o passado e o presente de maneira que o modo de produção capitalista estava na origem da colonização. Passado e presente eram idênticos no que se refere às relações sociais e de produção, ainda que ele tenha inventado uma suposta diferença entre capitalismo comercial e industrial. “Las tres contradicciones del capitalismo ... hicieron su aparición en América Latina en el siglo XVI y desde entonces han caracterizado a este continente. (...) iniciando con ello el presente subdesarrollo del satélite y el desarrollo económico de la metrópoli.” (p. 23).

Para comprovar o subdesenvolvimento e a dependência econômica da América Latina, Gunder Frank achava necessário compreender o passado colonial como parte desse presente, cujas transformações não foram e não seriam nunca suficientes para superar o passado: “Vale decir que en el conjunto de América Latina, las tres contradicciones del capitalismo hicieron su aparición desde el principio y comenzaron a ejercer sus inevitables efectos. A despecho de todas las transformaciones económicas, políticas, sociales y culturales por las que han pasado la América Latina y Chile desde el período inmediatamente posterior a la Conquista, han retenido los elementos de la estructura capitalista que la colonización implantó en ellas.” (p. 27). Tratava-se de um presente “preso” no passado, pouco distantes um do outro, praticamente sem expectativas dentro daquela estrutura de pensamento.

Assim, ainda que o “evolucionismo do século XIX tenha naturalizado o tempo”, ... tendo “como operadores, os progressos da razão, os estágios da evolução ou a sucessão de modos de produção e todo o arsenal da filosofia da história” (HARTOG, 2015, p. 33), a tese do pancapitalismo se voltava contra a naturalidade ao definir a região latino-americana como não sujeita a passar pelos mesmos estágios evolutivos, pulando



etapas e ocupando um espaço com futuro incerto.

A tese dos restos feudais, por outro lado, procurava reestabelecer a ideia de progresso e a possibilidade de haver um lapso de tempo mais elástico entre o passado colonial (feudal, servil, rural) e o presente (urbanizado, capitalista, industrial). A ideia de que nos anos 1960 – presente – havia algo que fazia parte do passado e deveria ser eliminado, criava um horizonte de expectativas – futuro – naquelas sociedades.

Os primeiros contestadores da tese pancapitalista foram os argentinos Rodolfo Puiggrós (1969) e Ruggiero Romano (1970), mas foi o brasileiro Nelson Werneck Sodré (1968) quem elaborou o conceito de “feudalismo” mais complexo para a região. Segundo ele, o Brasil era palco, desde o descobrimento até o presente, dos seguintes sistemas produtivos: “comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo”, ao mesmo tempo sucessivos e coexistentes (p. 4).

Para explicar a coexistência de sistemas pertencentes a diferentes períodos históricos, Werneck Sodré criou o conceito da “contemporaneidade do não-coetâneo”: “Quem percorre nosso território do litoral para o interior, marcha, no tempo, do presente para o passado conhece, sucessivamente, formas capitalistas de produção e formas feudais ou semif feudais, e pode mesmo conhecer a comunidade primitiva onde os indígenas conservam o tipo de sociedade peculiar, o mesmo que os colonizadores encontraram no século XVI.” (p. 4) ¹⁷.

Nesse caso, o engendramento do tempo é explícito. Nelson Werneck Sodré supunha temporalidades justapostas. Reconhecia que eram sistemas produtivos típicos de diferentes épocas históricas, característicos de outras regiões do planeta, mas que, na realidade brasileira, passada e presente, esses sistemas de diferentes épocas coexistiam. Havia assim, por um lado, a não diferenciação entre passado e presente, como na tese pancapitalista, mas, por outro lado, identificava-se no presente sistemas com características de passado e que “deviam” ¹⁸ ser eliminados para criar uma situação

¹⁷ Para mais informações sobre esse ponto da obra de Nelson Werneck Sodré, ver CONTE, Daniela (2010). Nelson Werneck Sodré e as Interpretações do Brasil (1958- 1964): análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro, Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, PPG História, UFRGS.

¹⁸ As interpretações identificadas com “restos feudais” eram geralmente prescritivas no sentido de recomendar a destruição dos resquícios do passado.

melhor para o futuro. O feudalismo, nessas interpretações, era um modo de produção regressivo, que veio com a destruição do escravismo e representava um sistema tardio, transposto da região mediterrânea-europeia ocidental já inexistente nessas regiões de origem. Assim, tratava-se de um passado “emprestado” e regressivo a “comandar” o presente e “obstruir” o futuro.

Embora a ideia de hibridez estivesse presente em análises, tais como em Nelson Werneck Sodré, a incidência do passado no presente e no futuro era dramática. Malavé Mata, por exemplo, (1978) condenava a América Latina a um tempo congelado: “...se a América Latina atual demonstra ser com frequência o melhor testemunho de seu passado, é possível observar – invertendo os termos – que ela mesma tem profundas raízes num passado multiforme que, projetado para o tempo presente, é a única fonte de explicação e interpretação dos transtornos sociais e problemas econômicos e políticos que ocorrem com absoluta peculiaridade no curso de sua história contemporânea.” (MALAVÉ MATA, 1978, p. 148). O autor, apesar de identificar mudanças nos ritmos, formas e escalas, entende que “desde a conquista até o presente contemporâneo”, a essência do subdesenvolvimento persistiu a mesma, “sem alterações”, atuando como uma “realidade congelada” (p. 147 e 148).

Por outra parte, os autores das duas coletâneas, surgidas para discutir os modos de produção coloniais, – uma coordenada por Carlos Sempat Assadourian (1973) e a outra, por Théó Araújo Santiago (1975) – procuravam criticar tanto a versão do capitalismo ontológico quanto a do feudalismo tardio: “Tínhamos como certo a impossibilidade de definir a história colonial da América como a história de uma economia já capitalista, mas ao mesmo tempo não nos sentíamos satisfeitos com uma utilização simplista da noção de feudalismo”... (ARAÚJO SANTIAGO, 1978, p. 5).

Com essa perspectiva crítica, os autores dos dois volumes procuraram se debruçar em estudos mais específicos das realidades coloniais latino-americanas, reconhecendo em geral uma diversidade tão vasta de sistemas econômicos e de relações sociais tão dessemelhantes que acabaram concordando com a ideia de “modos” de produção coloniais, buscando assim mesmo conceituar tais formações econômico-sociais. O primeiro ponto a ser combatido foi a tendência a encontrar na América as



mesmas etapas de evolução dos modos de produção e na mesma sucessão ocorridas na Europa Ocidental. O outro ponto em comum a esses autores dizia respeito à possibilidade de pensar em uma articulação *sui generis* de modos de produção, todos relacionados à sociedade europeia em transição.

Os dois primeiros textos de Maurice Godelier (1978) tinham como objetivo compreender a formação econômico-social inca partindo de suas características anteriores e posteriores à conquista espanhola na América. Extrai desse estudo a conclusão de que “embora as novas relações de produção *pareçam* estar contidas em *germe* nas antigas relações aldeãs e tribais, e serem delas o simples desenvolvimento, o produto de uma evolução contínua, de fato o novo modo de produção, quando aparece, só o faz pela *supressão* de uma parcela das antigas funções das antigas relações de produção...”. Para concluir, adverte sobre “o que há de perigoso em conceber a passagem de um modo de produção a outro em termos de evolução de um germe, de desenvolvimento de um germe. Essa concepção dissimula o caráter não-linear da evolução, o papel decisivo nessa evolução de pontos de partida novos.” (p. 32-33).

Nessa versão, a historiografia distingue com nitidez o passado do presente, insinuando inclusive a supressão desse passado. Enquanto nas outras duas operações – defesa do capitalismo originário e dos restos feudais – o passado não passava, inundando o presente e comprometendo o futuro, nesse último caso percebe-se a possibilidade de transformação de um presente que deixa para trás o modo de produção anterior e que é capaz de criar algo novo e se projetar para o futuro.

A noção de progresso da modernidade aparece com força nessa historiografia renovada. Renovada porque reconhece a necessidade de se aprofundar nas formações econômico-sociais concretas da América colonial, explora a multiplicidade de relações sociais e admite teoricamente que existem outros modos de produção fora do esquema linear e sucessivo.

Ciro Flamarion Cardoso (1973) ressaltava a especificidade dos modos de produção coloniais em relação à área mediterrâneo-europeia: “Es posible identificar un cierto numero de modos de producción coloniales que, por una parte, fueron dominantes en relación a vastas áreas y numerosas formaciones sociales ... en las cuales



coexistieron con modos de producción secundários...” (p. 142).

Considerando o “*hecho colonial*”, Ciro Cardoso distinguiu três modos de produção predominantes e peculiares ao contexto colonial: um modo de produção baseado na exploração da força de trabalho indígena; um modo de produção escravista colonial, e um modo de produção de economia diversificada e autônoma de pequenos proprietários (p. 151 e 152). Em trabalho posterior, Ciro Cardoso (1984) desenvolveu esse estudo para demonstrar que a cada um desses “passados coloniais” correspondeu uma forma de transição ao capitalismo, o que provocou a variabilidade de presentes e de expectativas futuras para cada espaço da região latino-americana

No mesmo volume, Ernesto Laclau (1973) se uniu à crítica da tese de um passado que não passava: “los liberales crearon una mitología según la cual todo lo colonial se identificaba con el estancamiento y todo el europeo con el progreso” (p. 28).

A grande contribuição dessas interpretações críticas, para além de uma nova maneira de engendrar o tempo, foi retomar o estudo aprofundado dos conceitos marxistas de circulação, produção, economia fechada, economia aberta, formação econômico-social, modo de produção, sistemas produtivos, relações sociais de produção, entre outras. Procuraram aplicar essas conceituações ao estudo concreto das realidades latino-americanas coloniais e perceberam a existência de uma multiplicidade de situações produtivas que não se encaixavam nas situações encontradas na região mediterrâneo-europeia ocidental.

Com relação à dependência – chave para a compreensão dos estudos precedentes – Ernesto Laclau (1973), por exemplo, observa que a manutenção de relações pré-capitalistas nas áreas periféricas foi condição inerente do processo de acumulação nos países centrais (p. 41). Dessa forma, não lhe foi necessário “encaixar” essas relações pré-capitalistas em um esquema de etapas sucessivas ou tampouco identificar traços de um capitalismo precoce onde este não existiu.

Depois de explicar detalhadamente como o reforço das relações pré-capitalistas no período colonial e avançando no século XIX incidiu sobre a acumulação capitalista nos países centrais, Laclau (1973) reforça a ideia de um passado que já passara: “Por otro lado, si estas condiciones existieron en el pasado, sin duda que no se dan en el



presente... La naturaleza de las relaciones entre metrópolis y satélites... no es menos dependiente, pero se trata en todo caso de un tipo muy distinto de dependencia. Me parece más útil subrayar estas diferencias y discontinuidades que intentar mostrar la continuidad e identidad del proceso, desde Hernán Cortés hasta la General Motors.” (p. 43).

Assim posto, a historiografia crítica que surge a partir do debate “feudalismo X capitalismo” a respeito do período colonial se preocupou em operar os tempos históricos partindo de uma distinção entre passado e presente, de modo que as transformações fossem compreendidas em uma perspectiva histórica e que se abrisse um horizonte de expectativas para o futuro.

Sempat Assadourian (1973) reflete sobre as temporalidades e o ofício de historiador para reforçar a ideia de câmbios e descontinuidades: “La duración de las estructuras quizás sea para los historiadores el problema más complejo... el manejo de la larga duración en historia tiene sus contracasas. Si de una parte permite descartar aquellos cambios considerados erróneamente como transformaciones históricas, por otra parte puede obstaculizar la percepción de ciertos cambios, que si significan el paso de una estructura a otra. ...En otras palabras, elegir la invariabilidad y subsumir voluntariamente los cambios conlleva el peligro de la deshistorización de las estructuras. ...No hay desarrollo en el tiempo y transforma la historia en permanencias” (p. 55 e 56).

Nesse sentido, os historiadores reunidos por Sempat Assadourian (1973) propunham pensar e enfatizar o movimento secular da realidade latino-americana, perceber o descompasso espacial e cronológico entre metrópoles e satélites e entre as próprias regiões da América (p. 59).

Para concluir, entendo que a polêmica instaurada no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 sobre o(s) modo(s) de produção predominante(s) no período colonial teve como protagonistas historiadores preocupados com a dependência, o subdesenvolvimento da região e com a possibilidade de superação do capitalismo nessa versão dependente e subdesenvolvida. Consequentemente, a discussão terminou expondo os usos políticos do passado por parte da historiografia da época.



Por outra parte, e considerando as diferentes visões políticas do passado colonial e as formas de transpor as mazelas da região, a historiografia engendrou de diferentes formas os tempos históricos, ora pensando o presente como uma projeção do passado, ora considerando câmbios significativos entre as duas temporalidades. O futuro, como horizonte de expectativas do presente, estava esboçado de modo diverso nessas duas versões. De um lado, o presente estagnado projetava um futuro que estava condicionado à invariabilidade ou poderia ser arquitetado a partir de rompimento revolucionário, de outro lado, as distinções e câmbios do passado para o presente percebidos pela historiografia crítica projetavam um futuro com possibilidade de desenvolvimento, ainda que dependente.

Referências Bibliográficas

CONTE, Daniela (2010). *Nelson Werneck Sodré e as Interpretações do Brasil (1958-1964): Análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, PPG História, UFRGS.

CUEVA, Agustin (1979). *Teoria Social y procesos politicos en América Latina*. México: Edicol.

CARDOSO, C. & BRIGNOLI, H. P (1984). *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro, Graal.

CARDOSO, Ciro Flamarion (1973). *Sobre los modos de producción coloniales en América Latina* In *Modos de produção na América Latina*. México: Siglo XXI ed. Cuadernos de Pasado y Presente, n. 40.

DOBB, Maurice (1946). *Studies in the Development of Capitalism*. London: George Routledge & Sons Ltd.

GARAVAGLIA, Juan Carlos (1973). *Introducción* In *Modos de produção na América Latina*. México: Siglo XXI ed. Cuadernos de Pasado y Presente, n. 40.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GUNDER FRANK, André (1965). *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Cidade do México: Centro de Estudios Miguel Enriquez (CEME).



HARTOG, François (2015). *Regimes de Historicidade. Presentismo e experiências do tempo*. São Paulo: Autêntica editorial.

HILTON, Rodney (1977). *Introdução*. In *A Transição do Feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LACLAU, Ernesto (1973) Feudalismo y capitalismo en América Latina In *Modos de produção na América Latina*. México: Siglo XXI ed. Cuadernos de Pasado y Presente, n. 40.

NOVAIS, Fernando (1978). *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial : séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Brasiliense.

PRADO Jr. Caio (1966). *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense.

PRADO Jr. Caio (1999). *História e desenvolvimento. A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.

PUIGGRÓS, Rodolfo (1969). *De la colonia a la revolución*. Buenos Aires: Carlos Pérez ed.

ROMANO, Ruggiero (1970) *A propósito de 'Capitalismo y subdesarrollo' de André Gunder Frank*, Revista Desarrollo Económico, Ano X: volume 38.

SANTIAGO, Théo Araújo (1975) *América Colonial. Ensaio*. Rio de Janeiro: Editora Pallas.

SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos et all. (1973) *Modos de produção na América Latina*. México: Siglo XXI ed. Cuadernos de Pasado y Presente, n. 40.

SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos (1973). *Modos de producción, capitalismo y subdesarrollo* In *Modos de produção na América Latina*. México: Siglo XXI ed. Cuadernos de Pasado y Presente, n. 40.

SEMO, Enrique (1973). *Historia del capitalismo en México I. Los orígenes 1521-1763*, México: Era Editores.

SODRÉ, Nelson Werneck (1967). *História da burguesia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SODRÉ, Nelson Werneck (1968). *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.

SODRÉ, Nelson Werneck (1978). *Introdução à revolução brasileira*. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.



STALIN, Joseph (1938). *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico* In <http://www.hist-socialismo.com/docs/MatDialecticoHistorico.pdf>

SCHWARZ, Roberto (1995). *Um seminário de Marx*. In Jornal Folha de S. Paulo, Caderno “Mais!”, 08/10/1995.

